

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 891.986 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
AGTE.(S)	: RODRIMAR S/A - TRANSPORTES, EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E ARMAZÉNS GERAIS
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE MOREIRA LOPES E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SANTOS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS

DECISÃO

**AGRAVO REGIMENTAL – JUÍZO DE
RETRATAÇÃO.**

**REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA –
PARADIGMA DIVERSO – MATÉRIA
IDÊNTICA – BAIXA À ORIGEM.**

1. Reconsidero parcialmente a decisão de 4 de agosto de 2015.

2. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 594.015/SP, da minha relatoria, assentou a existência de repercussão geral do tema relativo à obrigatoriedade de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU de arrendatário da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, quando incidente em terreno situado na área portuária de Santos pertencente à União.

3. Ante o fato de o recurso veicular a mesma matéria, bem como presente o objetivo maior do instituto – evitar que o Supremo, em

RE 891986 AGR / SP

prejuízo dos trabalhos, tenha o tempo tomado com questões repetidas –, determino a devolução do processo à origem. Faço-o com fundamento no artigo 328, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, para os efeitos do artigo 543-B do Código de Processo Civil.

4. Publiquem.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator